

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



A seção de Política e Opinião Pública deste mês analisa as pré-candidaturas à presidência e o reordenamento das forças políticas na Câmara dos Deputados gerados a partir da janela partidária. Também aborda as pesquisas de opinião, com destaque para os dados mais recentes de intenção de voto, rejeição, avaliação de governo, percepção sobre o caso Lula e apoio à intervenção no Rio de Janeiro. Por fim, trata da execução da vereadora Marielle Franco, do PSol-RJ.

Pré-candidaturas à presidência e reconfigurações

A quase seis meses das eleições gerais de 2018 e com a abertura da janela partidária, período no qual deputados federais e estaduais podem mudar de partido sem perder o mandato, no dia 7 de março, o lançamento de pré-candidaturas à presidência e a troca de partidos geraram algumas mudanças nas forças políticas no Congresso Nacional. Buscando maior independência ou poder de barganha diante de um governo mal avaliado e antipopular, diversas pré-candidaturas esboçam uma disputa dentro do campo político do centro e da direita. Já pela esquerda a fragmentação é menor, porém, também existe em meio à perseguição jurídica que tenta tirar o ex-presidente Lula, líder absoluto das pesquisas, das eleições deste ano.

Dentro do campo que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, lançaram-se pré-candidatos o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e podem

se lançar o próprio presidente Michel Temer (MDB-SP) ou o ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que está no PSD mas não descarta se filiar ao MDB. Figuras de menor destaque dentro do núcleo golpista também se lançaram, como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Paulo Rabello de Castro (PSC-RJ), o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), o empresário João Amoedo (Novo-RJ), os senadores Alvaro Dias (Podemos-PR) e Fernando Collor (PTC-AL). Também é pré-candidata Marina Silva (Rede-AC), que apoiou Aécio Neves no segundo turno das eleições de 2014 e foi favorável ao golpe. Apoiado pelo MBL, o empresário Flávio Rocha pode se lançar pelo PRB, partido do prefeito carioca Marcelo Crivella. Rocha é conhecido por fortes declarações em defesa do Estado mínimo, apesar do empréstimo de 1,4 bilhão de reais que fez junto ao BNDES, e por denúncias de trabalho escravo em suas empresas. O PSB chegou a flertar com o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa para as eleições presiden-

ciais, mas ainda nada foi definido.

Tal fragmentação influencia as trocas partidárias que começaram em 7 de março. O PSL se destaca como um dos partidos que mais recebeu novos deputados: após a filiação de Bolsonaro, já chegaram a oito os que migraram para a legenda.

O MDB é o partido que mais perdeu deputados: até o fechamento deste boletim, sete haviam deixado o partido, cinco destes do Rio de Janeiro. O DEM ganhou sete deputados, sendo quatro no Rio de Janeiro. As mudanças impactam na base aliada do governo Temer, que diminui desde a votação da segunda denúncia contra o presidente. Após o início do ano legislativo, o Planalto chegou a admitir que trabalhará com uma conta conservadora em relação a quantos parlamentares pode contar. A disputa de poder nas pré-candidaturas ou por mais espaço dentro das coalizões e do governo podem dificultar a articulação do Planalto com o Legislativo.

O PT perdeu os deputados Givaldo Vieira (ES) e Chico D'Angelo (RJ), para o PCdoB e PDT, respectivamente, e filiou o ex-ministro Celso Pansera, que deixou o MDB fluminense. O PSB perdeu três deputados, e filiou outros dois que eram da Rede, Alessandro Molon (RJ) e Aliel Machado (PR). As pré-candidaturas de esquerda até o momento são a do ex-presidente Lula (PT), que lidera as pesquisas, Ciro Gomes (PDT-CE), Guilherme Boulos (PSol-SP), que já indicou como vice a líder indígena Sônia Guajajara (PSol-MA), e Manuela D'Ávila (PCdoB-RS).

Lula segue liderando as pesquisas

Apesar do registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva depender da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de enquadrá-lo ou não na Lei Ficha Limpa e da decisão da Justiça Eleitoral de impedi-lo de disputar a eleição, Lula permanece líder nas pesquisas de intenção de voto.

A pesquisa CNT/MDA, realizada de 28 de fevereiro a 3 de março de 2018 e divulgada no dia 6, mostrou o ex-presidente em primeiro lugar, com 33,4% das intenções de voto. Em segundo lugar, com larga distância, aparece o deputado Jair Bolsonaro (PSL), com 16,8%, seguido por Marina Silva (Rede), com 7,8%, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin

(PSDB) com 6,4% e Ciro Gomes (PDT), com 4,3%, disputando a terceira colocação.

Mais abaixo, Álvaro Dias (Podemos) possui 3,3% das intenções de voto e Fernando Collor (PTC) 1,2%. A pesquisa também investigou a intenção de voto em Michel Temer, que obteve apenas 0,9%, seguido por Manuela D'Ávila (PCdoB), com 0,7%, e Rodrigo Maia (DEM-RJ), com 0,6%. Os votos brancos e nulos chegam a 18,2%, e 6,4% ainda não sabem em quem votar.

Excluída a possibilidade de voto em Lula, ninguém se destaca. Bolsonaro passa de 16,8% para 20%, Marina Silva vai de 7,8% para 12,8%. Alckmin passa de 6,4% para 8,6% e Ciro Gomes sobe de 4,3% para 8,1%. Fernando Haddad, outro candidato petista testado na pesquisa, chega a 2,9%. Sem a opção Lula, os votos em branco e nulo aumentam de 18,2% para 28,2% e os de quem não sabe em quem votar crescem de 6,4% para 10,5%. O alto percentual de votos brancos, nulos e indecisos aponta que sem Lula cria-se um vácuo na opinião pública, que não adere a nenhum outro nome.

A possibilidade de o ex-presidente Lula participar do processo eleitoral ainda é incerta. Caso participe sua vitória é provável e, do contrário, seu apoio será decisivo para qualquer candidatura: 16,4% votariam em qualquer candidato indicado por Lula e 26,4% poderiam votar dependendo do candidato.

As simulações de segundo turno indicam que o ex-presidente Lula venceria qualquer candidato adversário. Contra Bolsonaro, por 44,1% a 25,8%; contra Marina, por 43,8% a 20,3%; contra Alckmin, por 44,5% a 22,5%. Considerando apenas os votos válidos, o ex-presidente alcançaria mais de 60% dos votos válidos em todas as simulações: 68,3% dos votos válidos contra a candidata Marina Silva (31,7%); 66,4% contra Alckmin (33,6%) e 63,1% contra Jair Bolsonaro (36,9%).

Lula também é o candidato com menor rejeição: 46,7% não votariam no ex-presidente de jeito nenhum, enquanto a taxa de rejeição de Bolsonaro é de 50,4%, a de Alckmin 50,7% e a de Marina 53,9%. A rejeição atual do deputado federal Rodrigo Maia é de 55,8% enquanto 88% do eleitorado afirma que não votaria em Temer de jeito nenhum.

Apesar de 52,1% dos entrevistados concordarem com a frase “o ex-presidente Lula deveria ter sido condenado pelas denúncias no julgamento ocorrido no último dia 24 de janeiro sobre o apartamento triplex no Guarujá” e 52,5% concordarem com “o ex-presidente Lula não deveria disputar as eleições presidenciais deste ano”, outros 43,4% defendem que “ele deveria disputar, mesmo tendo sido condenado”.

A percepção negativa sobre o governo Michel Temer permanece tanto na avaliação de seu governo, considerado ruim ou péssimo por 73,3% dos entrevistados, regular para 20,3% e positivo para apenas 4,3%, quanto em relação à aprovação do seu desempenho pessoal: é desaprovado por 83,6%, contra 10,3% de aprovação. No que diz respeito à economia, para a maior parte dos brasileiros (65,4%) o país permanece em crise econômica e 28,6% consideram que começa a sair da crise. Sentem-se mais otimistas sobre a geração de novas vagas de emprego no Brasil 46,5%, enquanto outros 38,3% sentem-se mais pessimistas.

A pesquisa também avaliou a intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro. A maioria da população (69%) se disse favorável à intervenção federal e considera a decisão correta enquanto 12,3% consideram a decisão incorreta. Apenas 13%, confiam que a intervenção federal resolverá totalmente o problema da violência na capital fluminense, 49,1% acreditam que a intervenção federal vai resolver apenas parcialmente o problema da segurança no Rio, 22,5% acham que a violência no Rio de Janeiro continuará do mesmo jeito e 7,2% consideram que a medida vai agravar o problema. Para 37,4%, a expectativa para os próximos seis meses é de que a segurança pública vai piorar: 35,7% pensam que ficará igual e 35,3% acreditam que vai melhorar. Ainda assim, 62,8% aprovam a criação do Ministério da Segurança Pública. Os dados, no entanto, foram coletados no dia 3 de março, antes da execução da vereadora Marielle Franco, fato que com certeza pode mudar tais números.

Execução de Marielle Franco choca o Brasil

Menos de um mês após a intervenção federal na área de Segurança Pública do Rio de Janeiro, uma cruel execução abala a opinião pública. A vereadora do PSol Marielle Franco e seu motorista Anderson

Pedro Gomes foram mortos a tiros, por volta das 21h30, do último dia 14, depois de terem deixado o local do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas” (leia mais em Comunicação, página 27, e Movimentos Sociais, página 31).

Marielle era crítica à intervenção na segurança pública. Denunciou o aumento da violência policial nas favelas e seria relatora da comissão da Câmara de Vereadores do Rio criada para acompanhar a atuação da polícia responsável pela intervenção. Sua execução desafia frontalmente a medida adotada por Temer e levanta dúvidas sobre a capacidade de a intervenção solucionar os problemas relacionados à violência. As forças militares da intervenção estão há mais de um mês na cidade e, frente a um crime como a execução de Marielle, ainda não apresentaram resultados.

Sabe-se que os disparos contra o veículo onde estava a vereadora foram feitos por armas calibre 9 mm, de uso exclusivo da polícia e das Forças Armadas, e são de um lote vendido pela fábrica CBC para a Polícia Federal de Brasília, em 2006, as mesmas utilizadas na chacina de Osasco, a maior do Estado de São Paulo, que ocorreu em 2015 e deixou 23 mortos. Outros lotes da mesma munição foram utilizados em crimes cometidos em Osasco, Barueri, Itapevi e Carapicuíba. À época, três PMs de São Paulo e um guarda municipal foram condenados por crime motivado por retaliação aos assassinatos de um policial militar e um guarda.

Pelo tipo de arma e precisão dos disparos, a execução foi feita por algum grupo da Polícia Militar do Rio, sabidamente envolvida em corrupção, ou por membros de alguma milícia, igualmente integrada por policiais ou ex-policiais. Raquel Dodge, Procuradora Geral da República, pediu que as investigações passassem ao âmbito da Polícia Federal, em clara demonstração de que não é possível confiar na polícia do estado.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) instituiu em caráter de urgência um grupo parlamentar para acompanhar as investigações, coordenado pelo deputado Chico Alencar (PSol-RJ) e composto por Benedita da Silva (PT), Glauber Braga (PSol) e Wadih Damous (PT). A Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH) manifestou preocupação sobre possíveis riscos de violações dos direitos humanos em decorrência da intervenção federal e pede investigação paralela.

A execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes faz parte de uma políti-

ca de extermínio das populações jovens negras e pobres do país e os assassinos estão acostumados com a impunidade do estado. O ex-presidente Lula disse que o assassinato de Marielle Franco representa mais um golpe na democracia e no Estado de direito do país.